

Rodrigues de Freitas – A razão dum patrónimo

António Augusto Oliveira Cunha

António Tavares¹

Pretende-se com este estudo encontrar uma justificação - fundamentada na vida e sobretudo na obra de Rodrigues de Freitas – para o facto de a nossa Escola ter a actual designação. Homem de ideais progressistas, J. J. Rodrigues de Freitas foi o primeiro deputado republicano e - bastante - interessado por questões de educação e instrução. Neste sentido, é que se poderá compreender que logo após a instauração da República, o liceu D. Manuel II tenha mudado de designação para Rodrigues de Freitas², como também se compreende que a Ditadura Nacional (período durante o qual se construiu o actual edifício) e depois o Estado Novo tenham preferido o nome do último rei.

Deixemos de parte a análise das simpatias que o regime instaurado em 28 de Maio tinha pela monarquia e por certas figuras de relevo do passado pátrio, nem nos demoremos com as rupturas causadas pela República, ou com os ideais abertos em Abril que motivaram a actual designação, e fiquemo-nos pela abordagem dos escritos de Rodrigues de Freitas sobre instrução. Oxalá que este trabalho³ seja um contributo para a compreensão da razão dum patrónimo. Após referências ao homem e aos seus escritos, foram as suas ideias pedagógicas, propostas ou atitudes no âmbito da instrução, que moveram o nosso interesse neste estudo; elas delimitam o seu âmbito.

¹ Os autores deste texto são professores (P.Q.N.D.) na Escola Secundária Rodrigues de Freitas, no Porto. António Augusto Oliveira Cunha é mestre em Filosofia da Educação, António Tavares é licenciado em Filologia Românica.

² Recorde-se o contido em “Liceu Nacional do Porto, *Registo dos cadernos escolares*, livro nº1, ano lectivo de 1906-1907, fl. 58. O Liceu Central do Porto - hoje Escola Secundária Rodrigues de Freitas – foi criado por decreto, referendado, de Manuel da Silva Passos, em 17 de Novembro de 1836. Organizou-se quatro anos depois desta data e ficou instalado, juntamente com a Academia Politécnica, num velho palácio da Rua de São Bento da Vitória. A sua primeira designação foi Liceu Nacional do Porto. Após a divisão dos liceus em centrais e nacionais, passou a denominar-se Liceu Central do Porto (da 2ª zona), em virtude do estabelecimento de um outro na mesma cidade. Por decreto de 1908, foi-lhe dado o nome de D. Manuel II, designação que o Governo Provisório da 1ª República mudou para Rodrigues de Freitas, por decreto de 23 de Outubro de 1910”, in Norberto Ferreira da Cunha, *Génese e Evolução do Ideário de Abel Salazar*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1997, pp. 635-636.

³ Este trabalho pode ser consultado na página que a Escola possui na *Internet* (endereço: www.esec-rodrigues-freitas.rcts.pt), Foi esse o primeiro móbil do nosso estudo.

1. O Homem e a obra

1. 1. O homem⁴

Filho dum modesto comerciante do Largo dos Lóios, José Joaquim Rodrigues de Freitas nasceu no Porto, a 24-1-1840. A cidade “amava-o como um filho”; por isso não é de estranhar que a sua morte, provocada por “uma lesão do coração”, a 28-7-1896, tenha originado na sua cidade natal “uma consternação unânime”⁵.

Iniciou o curso politécnico em 1855, e em 20 de Julho de 1862 (1864?)⁶ obtém o diploma de engenheiro civil (de pontes e estradas). Pouco tempo depois, ocupa na Academia Polytécnica do Porto, o lugar de “lente substituto” na disciplina de Comércio e de Economia Política, da qual, a partir de Maio de 1867, ficará como “professor proprietário”. Consta ainda que, além de ter sido um aluno “premiado todos os anos”, foi um “digno e dedicado professor”, tendo escrito, para a sua cadeira, um “precioso” Compêndio de Economia Política, onde, ainda segundo Teófilo Braga, sob influência de Freycinet “se pressente a influência da filosofia positivista”⁷.

Se seu pai lutou pela implantação do regime monárquico-parlamentar em Portugal, o certo é que “as misérias da política regeneradora e progressista e a indignidade da realeza fizeram-no abandonar o liberalismo da tradição setembrista e declara-se republicano”. Foi um dos fundadores do Partido Republicano em Portugal⁸ e por este partido eleito, a 21-10-1870, deputado pelo círculo eleitoral de Valença do Minho, e posteriormente, em 1871, pelo 1º círculo do Porto, pelo qual veio a ser reeleito em 1879 e 1886. Agastado com a situação política, resignou ao seu mandato. Depois do *Ultimatum* da Inglaterra, em 11 de Janeiro de 1890, Rodrigues de Freitas entrou na Liga Liberal do Norte. Foi uma das últimas decepções. Por último, ainda, aderiu à Revolução de 31 de Janeiro de 1891. Como deputado - o primeiro e único republicano da Câmara - gozou,

⁴ Theophilo Braga; *Anthero de Qental (in Memoriam), Rodrigues de Freitas (Commemoração biographica)*, Typographia da Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1896.

Ver ainda *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 26, entrada “Rodrigues de Freitas”, e *Enciclopédia Verbo*, vol. 8, entrada “Freitas, J. J. Rodrigues de”.

⁵ Teófilo Braga, *ob. cit.*, p. 14.

⁶ Enquanto Teófilo Braga, *ob. cit.*, fala de 1862, a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* refere a data de 1864.

⁷ Teófilo Braga, *ob. cit.*, pp. 19-20.

⁸ Teófilo Braga, *ob. cit.*, p. 15.

entre os seus pares de muita consideração e respeito; e nessa condição desempenhou um papel de relevo no alastrar do movimento republicano⁹.

Outra faceta da sua actividade foi o jornalismo: fez parte das redacções dos jornais *Eco Popular* e *Pedro V*; colaborou em *O Comércio do Porto*, e foi correspondente dos jornais: *Correspondência de Portugal*, *Jornal do Comércio* e *O Século*.

Do carácter deste homem, que, como acabámos de referenciar, passou pelo magistério, pela tribuna e pelo jornalismo, falam-nos Teófilo Braga, Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Duarte Leite Pereira. O primeiro descreve-o “Inteligente e activo, preponderando nele a afectividade”, e realça o seu equilíbrio moral que tinha “por princípio supremo um consciente altruísmo”¹⁰. Duarte Leite Pereira, além de salientar nele, no campo político, o ser símbolo dum partido, e no seu carácter a bondade e os sentimentos altruístas, vê-o como “um exemplo vivo de coerência, de desinteresse e de tenacidade”¹¹. Por pôr a sua inteligência “ao serviço duma alta aspiração de justiça”, não se deteve nas “especulações abstractas da ciência pura, entrou, por instinto mais que por influência do meio, no campo prático das questões sociais”¹².

Também Carolina Michaëlis de Vasconcelos salienta do perfil de Rodrigues de Freitas o altruísmo como “pedra fundamental da moralidade”, e o ser um homem estudioso, que no saber o movia a aplicação pela prática do bem”¹³.

1. 2 Obras de Rodrigues de Freitas¹⁴

Seria descabido procurar na obra de Rodrigues de Freitas “profundas traças filosóficas, novos conceitos éticos, ou planos originais e harmónicos de reconstrução social”. O autor, orador caloroso e fluente, escritor e publicista, deu à estampa obras que versam sobre os mais diversos assuntos: “teorias económicas, quadros históricos, crises nacionais, concepções pedagógicas, sistemas sociais, debates políticos”¹⁵.

Assim, temos:

Obras dadas à estampa pelo autor:

⁹ Duarte Leite Pereira, Preâmbulo à obra póstuma de Rodrigues de Freitas, *Páginas Avulsas*, Livraria Chardron de Lello e Irmão, Porto, 1906, p. VIII.

¹⁰ Teófilo Braga, *ob. cit.*, p. 13.

¹¹ Duarte Leite Pereira, *ob. cit.*, p. VII.

¹² Duarte Leite Pereira, *ob. cit.*, pp. VIII-IX..

¹³ Carolina Michaelis, Preâmbulo a *Páginas Avulsas*, p. XIII.

¹⁴ A mais completa referência à obra de Rodrigues de Freitas pode encontrar-se na obra póstuma do autor, *Páginas Avulsas*, p. 161, e presumivelmente feita por Duarte Leite Pereira.

¹⁵ Duarte Leite Pereira, *ob. cit.*, p. VI.

1. *Breves reflexões sobre a questão bancária*, Impr. de J.L.de Souza, Porto, 1864.
2. *Discurso pronunciado na Academia Polytechnica do Porto*, no dia 1 de Outubro de 1867, Typografia do Commercio do Porto, 1867.
3. *Notice sur le Portugal*, Imp. administrative de Paul Dupond, 1867.
4. *A revolução social*, analyse das doutrinas da Associação Internacional dos Trabalhadores, Typ. do Commercio do Porto, Porto, 1872.
5. *A crise monetária e política de 1876, causas e remédios*, Livraria Moré, Porto, 1876.
6. *A circulação fiduciária e a proposta de lei acerca do Banco de Portugal*, Livraria Moré, Porto, 1876.
7. *O Portugal contemporâneo do Snr. Oliveira Martins*, Typ. Commercial, Porto, 1881.
8. *Frederico Froebel*, edição da Sociedade de Instrucção, Porto, 1882.
9. *Princípios de economia política*, Livraria Universal de Magalhães e Moniz, Porto, 1882.
10. *Elementos de escrituração mercantil*, em harmonia com o programa official dos lyceus, Livraria Universal de Magalhães e Moniz, Porto, 1882.

Obras que não foram dadas à estampa pelo autor:

11. *Discursos parlamentares proferidos na Câmara dos Deputados em 1870-71*, impressos em separado para serem distribuídos aos eleitores do Porto.
12. *Discurso parlamentar sobre a instrução pública, proferido na Câmara dos Deputados nas sessões de 7 e 9 de Maio de 1879*, Impr. Commercial, Porto, 1879.
13. *O cambio do Brazil e a economia nacional - As causas da baixa de cambio do Brazil - Uma carta do exc.mo snr. consul geral do Brazil no Porto - A propósito do cambio do Brazil* - reimpressão em folheto de uma série de 10 artigos publicados no *Commercio do Porto* entre 8 de Dezembro de 1885 e 7 de Fevereiro de 1886.
14. *A questão dos vinhos*, artigos publicados pelo eminente publicista Rodrigues de Freitas no *Commercio do Porto* acerca d'esta importantissima questão. Compilação feita pelos commerciantes, exportadores de vinhos da praça do Porto, Typ. do Commercio do Porto, Porto, 1889.

15. *Páginas Avulsas*, Precedidas de preâmbulos de Carolina Michaëlis de Vasconcelos e de Duarte Leite Pereira, Livraria Chardron de Lello e Irmão, Porto, 1906. (Trata-se de artigos dispersos em periódicos - jornais e revistas - publicados em Portugal e no Brasil, reunidos depois da sua morte por amigos).

NB. *A Igreja, Cavour e Portugal*, publicada em 1864, embora geralmente atribuída a Rodrigues de Freitas (veja-se Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, entrada “Rodrigues de Freitas”), a acreditar no editor de *Páginas Avulsas* (p. 161), não deve ser considerada deste autor .

2. Ideias pedagógicas¹⁶

2. 1. Fundamentos e ideais:

É indesmentível que na educação há uma dimensão política. Na realidade, a educação é inseparável da vida da cidade (a *pólis*), das relações económicas e sociais que a constituem, bem como da forma do seu governo. Mais ainda, se por um lado ela depende de uma opção política, também é verdade que, sendo a geração de hoje quem forma a de amanhã, a educação nunca é politicamente “neutra”. Sob este ponto de vista, ela é, diga--se, a mais importante realidade política¹⁷.

Que esta realidade nem sempre foi concebida de uma forma unânime também é algo que se impõe a uma, mesmo que breve, análise. Ao compararmos os governos monárquicos e o programa republicano, veremos que sobre educação há uma assinalável diferença de atitudes. Mesmo sendo verdade que em várias situações políticas, sobretudo após 1820, as reformas da instrução, a criação de escolas e outros meios de cultura foram uma preocupação dos governos monárquicos, porém estes governos deram prioridade ao “desenvolvimento material, relegando para segundo plano o desenvolvimento espiritual do país”¹⁸. Em contrapartida, no programa republicano, temos uma atitude

¹⁶ As ideias pedagógicas de Rodrigues de Freitas encontram-se fundamentalmente em: *Discurso Parlamentar sobre a Instrução Pública*, Imprensa Commercial, Porto, 1879, “*A missão da mulher e os institutos de ensino secundário*”, publicado em *O Comércio do Porto*, n.ºs 230, 242, 277 de 1888 e “*A questão do latim*”, publicado em *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 de Setembro e 5 de Outubro de 1895.

Tanto “*A missão da mulher...*” como “*A questão do latim*”, encontram-se inseridos em *Páginas Avulsas*.

¹⁷ Ideias desenvolvidas por Olivier Reboul em *La Philosophie de l'Education*, 2ª edição, Presses Universitaires de France, Paris, 1976, especialmente cap. V, “Education et Politique”, pp. 81-107.

¹⁸ A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Vol.II, *Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Palas Editores, Lisboa, 1973, p. 226.

contrária, que reflecte as preocupações de um grande público e sobretudo da maioria da sua “elite”.

Neste contexto é que as discussões sobre cultura, instrução, educação e pedagogia também interessaram a Rodrigues de Freitas. Na condição de deputado republicano pelo círculo eleitoral do Porto, proferiu, nos dias 7 e 9 de Maio de 1879, no Parlamento, um discurso - considerado notável pelos seus contemporâneos - dedicado à problemática da educação e da instrução. Em 1888 publica um opúsculo sobre a vida e obra de Frederico Froebel (pedagogo alemão que teorizou e fundou os primeiros jardins de infância, os *Kindergarten*), onde, aqui e além, transparecem algumas das suas próprias ideias pedagógicas; escreve um conjunto de três artigos sobre a educação feminina a nível secundário, publicados em *O Comércio do Porto* (n.ºs 230, 242, 277 de 1888), e ainda em 1895, publica em *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, após a reforma do ensino secundário de 1894 (conhecida por reforma de Jaime Moniz), um interessante artigo sobre a “A questão do Latim”.

Sobre o discurso que o autor proferiu no Parlamento, os editores - proprietários da Imprensa Nacional e amigos de Rodrigues de Freitas - numa nota de introdução, dizem que foi por toda a imprensa considerado como “um dos mais notáveis que têm sido pronunciados no parlamento português”¹⁹. Cremos que a razão desta notabilidade e consenso gerados pelo discurso, quer no parlamento quer na “imprensa de todas as cores políticas”, deve ser encontrada nos ideais pedagógicos que o autor perfilha, e nas ideias que expõe em alguma ruptura com a prática e a ideologia pedagógica dominante. Acrescente-se ainda que os escritos de Rodrigues de Freitas sobre “a instrução” são percorridos por uma preocupação essencial: apresentar propostas concretas. Não se detém na crítica à situação - embora o faça sem hesitar. Parece-nos bem provável que não terá sido alheio ao consenso gerado pelo referido discurso, o lugar secundário que a crítica aí ocupa. É assim que o autor aí expressa a sua atitude: “não comprometo nenhum dos partidos que me escutam; apresento-lhes a minha opinião singelamente”²⁰.

São reduzidos os escritos de Rodrigues de Freitas sobre a educação, o que se compreende, por verdadeiramente não estarmos, em sentido estrito, perante um pedagogo. Mas mais difícil que ver nele um pedagogo, seria procurarmos no autor um pensamento pedagógico original. Se o raizame das suas ideias pedagógicas se encontra

¹⁹ Introdução dos editores ao *Discurso Parlamentar sobre a Instrução Pública*; s/ numeração.

²⁰ Rodrigues de Freitas, *ob. cit.*, p. 4.

em Rousseau, Pestalozzi e Froebel (pedagogo que, como referimos, era familiar a Rodrigues de Freitas), elas têm no iluminismo e no positivismo a sua justificação filosófica.

Rodrigues de Freitas foi um político progressista, e como tal centrou as suas preocupações e o seu discurso pedagógico no problema da educação popular. Em nome da democracia, afirmou-se, realçou o direito de todos a um mínimo de instrução, e em nome do desenvolvimento afirmou a imperiosidade de a educação ter conteúdos programáticos com características do que é denominado realismo pedagógico. Do direito à educação afirmou a solicitude (sic) do Estado de abrir escolas para o povo, com o fim de que cada um se possa realizar plenamente como indivíduo e membro da colectividade. Neste sentido, escreveu: “Que se dê, pois, instrução às classes laboriosas, que elas progredirão rapidamente”²¹.

Tendo por base os ideais do iluminismo evolucionista, à sua mensagem pedagógica subjaz, implicitamente, um modelo ou ideal de homem determinado pelo sucesso crescente da ideia de evolução no quadro do progresso científico. Ainda das “Luzes” recebe a convicção da imperiosidade da instrução, e a certeza que uma política educativa, que cultive as ciências, “as indústrias” e as artes²² potencia a natureza humana. E mais uma vez, a sua postura democrática impõe-se na extensão dessa política a todas as classes sociais. É nesta atitude que privilegia a instrução primária e dedica especial atenção à educação da mulher, então sonogada ou, quando muito, postergada para segundo plano face à do homem. Ainda nesta ordem de valores, realça a educação pragmática em detrimento duma educação formal, ou, se preferirmos, exprime a sua tenaz oposição à reforma do ensino secundário de 1894 de Jaime Moniz e ao tempo semanal consagrado ao latim em detrimento da matemática, das ciências da natureza e das línguas modernas.

Dos seus escritos vislumbram-se tentativas de justificação e compreensão da realidade educativa, afirmando-a como um fenómeno de primeira necessidade, como solução para ultrapassar o atraso económico e o desenvolvimento do país. Considera “tudo que respeita à instrução pública” ser “importantíssimo” em todas as circunstâncias, e acentua que “no estado actual da nossa pátria, a importância de tal assunto se me

²¹ *Idem*, p. 15.

²² J. J. Rodrigues de Freitas, *Páginas Avulsas*, Livraria Chardron, de Lello e Irmão, editores, Porto, 1906, p. 260.

figura inexcedível”²³. Mas a sua atitude face ao fenómeno da educação é outra, é menos do domínio da compreensão ou da fundamentação e mais do da realização, já o dissemos; por isso, nos seus escritos debate-se com situações concretas e apresenta propostas de reforma na instrução pública. E é interessante verificar também que Rodrigues de Freitas - com aplausos dos outros deputados - faz depender da educação e da instrução, a produção económica: “Torne-se maior a instrução útil de cada um deles, e tanto bastará para que o produto do trabalho nacional represente cada ano mais alguns milhares de contos de reis”²⁴.

Numa alusão à história da instrução pública, o autor realça o paralelismo entre o grau da decadência da educação (expressa na história da Universidade de Coimbra, no que se passou com o ensino primário e com o ensino secundário) e a opressão política vivida durante séculos: “temos suportado as consequências de um grande abatimento intelectual; sem este abatimento não poderíamos ter sido tão longamente dominados e oprimidos, como o fomos, pela teocracia e pelo absolutismo”²⁵. Desta forma, na pena do Freitas (como era carinhosamente tratado em vida), emerge, como político, a crítica ao que foi chamado de “obscurantismo monárquico” e a afirmação da importância da educação como força emancipadora. Mas concretizemos.

2. 2. Das ideias à prática educativa: níveis de instrução, métodos e conteúdos programáticos.

Muitas das ideias de Rodrigues de Freitas e, acima de tudo, a sua atitude face ao problema da instrução são mais facilmente compreensíveis se atendermos ao contexto da realidade político-governativa que as viu surgir. 1870 foi o ano em que se criou o Ministério da Instrução Pública; ou seja, o ano em que os assuntos da instrução, que até então eram tratados pela pasta do Ministério do Reino, ganham autonomia ministerial. Também em 1870, D. António da Costa, ocupando o cargo de primeiro ministro da Instrução Pública, faz publicar (a 16 de Agosto) um importante diploma legislativo sobre a reforma da instrução primária, que comporta ideias que há muito defendia.

Uns anos mais tarde, à semelhança de D. António da Costa, também Rodrigues de Freitas vê que é o ensino primário o nível de instrução que necessita de mais “cuida-

²³ J. J. Rodrigues de Freitas, *Discurso Parlamentar sobre a Instrução Pública*, p. 1.

²⁴ *Idem*, p. 2.

dos” (a expressão é do autor), só depois o secundário, e por último o superior. Compreensível esta hierarquização face à situação que o país vivia no domínio da instrução. De facto, a partir do *Anuário de Estatística* ficamos a saber que, em 1878, só 14,3% da população sabia ler e escrever (e que os analfabetos totais, gente que não sabia ler nem escrever, eram 82,4% da população). Estávamos perante “uma calamidade e uma vergonha nacional”²⁶, na expressão de Rómulo de Carvalho.

Face a esta situação, em defesa da importância do ensino primário, Rodrigues de Freitas, além dos motivos a que já aludimos, acrescenta um argumento com contornos que nos recorda os homens da revolução: “à instrução primária se prende intimamente a própria independência pátria”²⁷. Um argumento de peso, que obvia à compreensão do consenso nacional gerado pelo seu discurso parlamentar, precisamente de 1879. Mas o autor tem plena consciência das dificuldades - sobretudo de ordem orçamental - que impedem a implementação da universalidade da instrução primária. As soluções que propõe, como a criação de fundações, a organização de comissões, a iniciativa privada, etc., e a colaboração entre todos os partidos²⁸, ou, como hoje se diz, “o consenso entre os partidos políticos”, e pese embora o facto de o Partido Republicano ter criado escolas em todos os Centros de convívio e acção cultural espalhados por todo o país, todavia por apelarem para acções “altruístas” e dependerem mais da boa vontade de pessoas ou instituições que de uma política educativa de rigor, não se nos afiguram verdadeiramente convincentes. A história registou que, quer a monarquia quer a república, não foram, neste âmbito, muito bem sucedidas: se em 1900, 75% da população com idade superior a 7 anos era analfabeta, essa percentagem em 1911 só desce para 70%, em 1920 para 66%, e em 1930 para 62%, respectivamente²⁹.

a) - A instrução primária: Embora à instrução primária se devam prestar especiais “cuidados”, esta não deve ser encarada isoladamente dos restantes níveis de ensino. Para o autor é importante que este seja entendido em “conexão” com os restantes níveis, ou, se preferirmos, como elemento dum sistema. Em clara oposição ao ensino formal, aristocrático, refere que nos objectivos essenciais a ter em conta na educação se devem

²⁵ *Idem*, p. 2.

²⁶ Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1986, p. 614.

²⁷ Rodrigues de Freitas, *ob. cit.*, p. 3.

²⁸ *Idem*, p. 6.

privilegiar “os conhecimentos indispensáveis à vida na família, na fábrica ou no campo, e na sociedade política”³⁰. Estes conhecimentos consistem naquilo que o autor, em oposição às ditas humanidades clássicas, chamava “as humanidades de hoje”. Mas mais acrescenta; que não haja ruptura - nas matérias - entre a instrução primária e os outros níveis de ensino. Que “seja a instrução secundária tão ligada à primária, e a superior à secundária, que o espírito dos alunos passe facilmente de um a outro grau, sem lacunas, nem superficialidades”³¹.

Quanto aos conteúdos a ensinar, acrescenta-se que, apesar de Teófilo Braga afirmar³² que Rodrigues de Freitas não é positivista, a influência de Augusto Comte na classificação do saber “positivo” e na hierarquização das ciências é indelével³³. Tal como o autor do *Tratado de Sociologia Positiva*, Rodrigues de Freitas considera “ciências fundamentais a matemática, a astronomia, a física, a química, a biologia e a sociologia”³⁴.

Se fala da interdependência entre as diversas ciências, a verdade é que Rodrigues de Freitas, num claro respeito pelo desenvolvimento diferenciado de cada aluno, acrescenta: “todas elas têm de ser estudadas desde a escola primária até à superior, gradualmente, em harmonia com o desenvolvimento das faculdades dos alunos, e segundo a dependência que existe entre aqueles ramos do saber humano”³⁵. Estamos claramente no seguimento das ideias de Rousseau, Pestalozzi e Froebel.

Como D. António da Costa (1870), Rodrigues de Freitas fala da distinção, a nível da instrução primária, do grau elementar e do grau complementar e de acordo com Rodrigues Sampaio, então Ministro do Reino (1879), estipula para o nível elementar a leitura, a escrita, as quatro operações sobre os números inteiros e fraccionários, elementos de gramática portuguesa, princípios do sistema métrico, princípios de desenho, moral e doutrina cristã³⁶. Para não se afastar muito do espírito do tempo³⁷, numa atitude

²⁹ Dados referidos por António Nóvoa, “A República e a Escola das Intenções Generosas ao Desengano das Realidades”, em *Revista Portuguesa de Educação*, 1 (3), Universidade do Minho - Braga, 1988, p. 33.

³⁰ Rodrigues de Freitas, *ob. cit.*, p. 8.

³¹ *Idem*, p. 8.

³² Teófilo Braga, *ob. cit.*, p. 20.

³³ Para Augusto Comte, em *Discurso sobre o Espírito Positivo*, trad. e intr. de Joel Serrão, Seara Nova, Lisboa, 1947, p. 141, escreve a este respeito: “a invariável hierarquia (...) das seis ciências fundamentais, a matemática, a astronomia, a física, a química, a biologia e a sociologia”.

³⁴ Rodrigues de Freitas, *ob. cit.*, p. 8.

³⁵ Rodrigues de Freitas, *ob. cit.*, p. 8.

³⁶ *Idem*, p. 6.

eivada de algum conformismo (?), refere que as meninas pertencentes às classes menos abastadas devam ter certas ocupações consideradas do seu sexo, os “trabalhos de agulha”. Para o primário complementar aponta as noções elementares de higiene, ginástica, os direitos e deveres dos cidadãos, e a iniciação às ciências físicas e da natureza.

Por conceber o saber numa dimensão pragmática e social, Rodrigues de Freitas entendia que, desta forma, a criança, ao sair da escola, teria “adquirido noções positivas, necessárias à vida da família e da sociedade”³⁸. E temos deste modo o autor a posicionar-se na continuidade de homens como Passos Manuel, Costa Cabral, Fontes Pereira de Melo, entre outros, para quem a finalidade do ensino não é apenas a de transmitir informações de natureza literária e científica, o saber, mas também o saber fazer.

b) A educação da mulher. Em 1888, Luciano de Castro estabelece - na legislação - a criação de três liceus femininos (mesmo na lei com duração fugaz, pois a verba para eles destinada é suprimida em 1892 por José Dias Ferreira). Os estudos seriam diferentes dos dos rapazes: com apenas 4 anos de estudos, no último ano estudariam Pedagogia, Higiene e Economia Doméstica.

Mais que ressonâncias do preconceito do bom selvagem, expressas no medo que o conhecimento em geral, e concretamente o saber escrever deteriorasse “as boas qualidades naturais da mulher”³⁹, esta minimização da educação (da mulher) prende-se, como refere Rodrigues de Freitas, com o medo “que a ciência as tornasse vaidosas e inoportunas”, e acima de tudo que franqueasse “às damas as mais sábias carreiras”. Ou seja, a verdadeira razão desta minimização prende-se com o receio de “abandonarem os seus deveres de donas de casa e virem fazer concorrência ao sexo forte”⁴⁰.

Atendendo aos resultados dos estudos sobre “os primitivos”, diz Rodrigues de Freitas que eles impedem aceitar a ideia rousseauiana que a cultura corrompa. Pelo contrário, diz: “todos os estudos sobre essa matéria levam a concluir que nos primeiros séculos, (...) a humanidade mais se assemelhava aos animais superiores do que ao homem”⁴¹. Acima de tudo a cultura eleva e dignifica; por isso, Rodrigues de Freitas de

³⁷ Não era originalidade de Rodrigues de Freitas propor certas actividades para as meninas. Também D. António da Costa em *A Instrução Nacional*, Lisboa, 1870, p. 167, estabelece para estas “certas ocupações consideradas próprias do seu sexo, como coser e fazer meia”.

³⁸ Rodrigues de Freitas, *ob. cit.*, p. 7.

³⁹ Rodrigues de Freitas, “O Ensino Secundário da Mulher”, em *Páginas Avulsas*, p. 260.

⁴⁰ *Idem*, p. 267.

⁴¹ *Idem*, p. 260.

bom grado aceitaria a ideia dos filósofos das Luzes⁴² (que também o é socrática), que o progresso dos conhecimentos conduz a um progresso moral, e que o mal vem da ignorância. E raciocina-se, diz ele, “como se as virtudes femininas fossem incompatíveis com as ciências ou as letras”⁴³..

O natural, a natureza não é pois deteriorada pela instrução mas potenciada, desenvolvida; por isso, para a mulher propõe uma educação esclarecida e só é vantajoso que se cultive intelectualmente. Que a mulher tenha uma instrução específica está o autor de acordo, mas que não se limite a “saber línguas e tocar piano”. Outros saberes há, muito mais importantes, como a pedagogia, a economia doméstica, etc.⁴⁴. Quem se opõe à educação da mulher, e nomeadamente à existência de Institutos femininos, desconhece o “que é preciso saber para dirigir a casa”⁴⁵.

D. António da Costa considera mesmo que a educação feminina deve ser preferida à do sexo masculino, e apresenta como argumento que “bastaria a razão de que um homem educado pode deixar os filhos por educar; uma mulher não os deixará decerto”⁴⁶. Posições semelhantes encontramos, também, em Rodrigues de Freitas, como se pode ver: “As mães que hajam estudado um pouco de higiene da infância, compreenderão as superiores vantagens físicas, e até morais, de criarem elas próprias seus filhos”. Condena, igualmente, muitas mães que cometem um grande erro ao confiarem os seus filhos “a mercenárias”⁴⁷. E note-se ainda a actualidade desta razão: “porque o trato íntimo da mãe com os filhos desde os primeiros dias tem grande influencia no futuro d’ella e d’elles” (sic)⁴⁸.

O autor também não é sensível ao preconceito que considera que a educação física é feita em detrimento da educação intelectual; pelo contrário, Rodrigues de Freitas sabe que o ser humano é tanto corpo como espírito, e que a vida do espírito e a vida moral estão condicionadas ao estado do organismo; por isso é apologista dos passeios ao ar livre, da ginástica, da natação, e pronuncia-se contra o viver sedentário, os hábitos prejudiciais à saúde (espartilho, sapatos apertados, etc.).

⁴² Jacques Bouleverse, *Os Filósofos e a Educação*, Edições Colibri, Lisboa, 1993, p. 35.

⁴³ Rodrigues de Freitas, *ob. cit.*, p. 261.

⁴⁴ *Idem*, p. 267.

⁴⁵ *Idem*, p. 267.

⁴⁶ D. António da Costa, *ob. cit.*, p. 127.

⁴⁷ Rodrigues de Freitas, *ob. cit.*, p. 267.

⁴⁸ *Idem*, p. 268.

Assim, temos várias ideias em pano de fundo: a instrução potencia a pessoa, autonomizando-a, e torna-a um ser mais útil. Melhor dona de casa, melhor educadora, etc. Mas cautela, nem todo o saber tem o mesmo valor: “As senhoras verdadeiramente laboriosas valem muito mais do que aquelas que só têm educação luxuosa”⁴⁹. Não estamos realmente perante a crítica à educação formal elitista e em defesa da educação pragmática, funcional?

Diga-se o que se disser, para além duma concepção funcional da educação, presente-se ainda nos escritos do autor perpassarem algumas ideias sexistas sobre a educação (feminina), quer nos conteúdos, quer na minimização temporal, quer nos objectivos e finalidades. É que, note-se, o fundamental é que a mulher “tenha os conhecimentos que se requerem numa boa dona de casa”⁵⁰.

c) O ensino liceal e a questão do latim⁵¹. Em 1894, sendo ministro do Reino, João Franco procedeu à reforma do ensino liceal, num contexto em que, segundo Vasco Pulido Valente “já se começavam a criticar as doutrinas pedagógicas spencerianas e comtianas”⁵². Encarregou da tarefa dessa reforma um homem (conservador), de vasto saber - membro do Conselho Superior de Instrução Pública e professor do Curso Superior de Letras - e conhecido pela sua dedicação ao estudo: Jaime Moniz. No preâmbulo do documento (o Decreto de 22 de Dezembro de 1894 e adiante designado Reforma de Jaime Moniz) realça as virtudes formativas das disciplinas tradicionais (Gramática, Latim, Filosofia, etc.) e nelas baseia o seu plano de estudos.

Pensamos que, mais que a crítica aos ideais pedagógicos positivistas de Comte e de Spencer, o que verdadeiramente estava em discussão eram a finalidade e os objectivos do ensino em geral e do secundário em especial. Preparar para a vida, valorizar o ensino científico e técnico, as línguas vivas, etc. ou desenvolver nos indivíduos as capacidades ética, estética, intelectual, e outras, ou seja, valorizar a função dita “formativa” da educação? Eis a alternativa. No fundo, era a luta entre os defensores das Humanidades Clássicas no plano de estudos, e os defensores da predominância das então

⁴⁹ Rodrigues de Freitas, *Discurso Parlamentar...*, p. 13.

⁵⁰ *Idem*, p. 13.

⁵¹ Protagonista da reacção contra o excesso de aulas dedicada ao Latim é Edmund Desmolins, em *L'Éducation Nouvelle, L'École des Roches*, Librairie de Paris, et Cie; Imprimeur-Éditeurs, Paris, p. 83, onde apresenta o número de aulas então dedicadas ao Latim e ao Grego, e refere, por exemplo, que a Química e a Física só eram ensinadas em Filosofia, enquanto que as disciplinas de Latim e Grego tinham 10/11 aulas de 2ª a sexta e as restantes disciplinas 10h30 minutos. Ou seja, dedicava-se, em França, no início do século, mais tempo ao ensino do Latim e do Grego que às restantes disciplinas.

chamadas Humanidades Modernas. Neste contexto, Jaime Moniz, apesar de ser favorável à existência de dois tipos de liceus⁵³, coexistindo lado a lado, com destinos profissionais diversificados, viu-se obrigado a resignar-se à existência dum único tipo. Ou seja, a reforma Jaime Moniz estabelece que o curso liceal seja igual para todos os alunos que o frequentam, constituído por um Curso Geral de cinco anos, e por um curso complementar de dois, totalizando sete. Acaba-se com a distinção que se fazia desde 1880, com Luciano de Castro, entre cursos de letras e de ciências, e entre alunos, que seguiam ou não para o ensino superior. Nesta reforma, o maior peso na carga horária cabe ao Latim, que, inclusivamente, supera o da Matemática. A predominância desta disciplina no ensino Liceal era, para Jaime Moniz, uma questão de vida ou de morte para o seu plano de estudos.

A “reforma Jaime Moniz” foi inicialmente mal recebida, começando por afugentar muitos alunos da frequência do ensino secundário oficial, que preferiam o ensino particular ou o ensino doméstico, onde se sentiam menos pressionados pelas exigências da reforma. Da contestação a esta reforma também participou Rodrigues de Freitas. Os objectivos que defende para a educação da mulher não se afastam muito dos que o levam a contestar a reforma de 1894. Os saberes essenciais nunca serão o Latim, nem os estudos clássicos, mas as línguas modernas, as ciências, as artes e as tecnologias. No fundo, o que está em causa é uma preocupação mais democrática do que aristocrática da educação, uma concepção dirigida mais para a reforma social do que para o engrandecimento de uma determinada classe ou indivíduo. Mas uma reforma sem rupturas.

Em 1895, inconformado, insurge-se com a reforma do ensino secundário e com o tempo que o latim aí toma, e em coerência com os seus ideais pedagógicos coloca-se de lado da maioria da imprensa “que condenou a imposição de uma forte carga de latim aos alunos do liceus”⁵⁴. A sua opinião é bem clara: “considero que perderia avultadíssimas quantias a minha terra se fosse executada a reforma na parte que se refere ao latim”⁵⁵.

d) Método e as práticas educativas. As preocupações pedagógicas do autor não se ficam pela indicação dos conteúdos que, e quando, se devem estudar. Sente fundamental que em educação se respeite a evolução diferenciada da criança. Daí que, numa

⁵² Vasco Pulido Valente, *O Estado Liberal e o Ensino - Os Liceus Portugueses (1834-1930)*, Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa, 1973, p. 11.

⁵³ Rómulo de Carvalho, *ob. cit.*, p. 631.

⁵⁴ Rodrigues de Freitas, “A questão do Latim”, em *Páginas Avulsas*, p. 150.

⁵⁵ *Idem*, p. 155.

linha de pensamento com raízes em Rousseau e que Pestalozzi e Froebel aprofundaram e a que deram concretização prática, afirma que os diversos saberes devem ser estudados “gradualmente, em harmonia com o desenvolvimento das faculdades dos alunos”. O que pressupõe o reconhecimento da necessidade, na prática lectiva, de uma pluralidade efectiva de procedimentos de ensino e de trabalho escolar, ou seja, de uma “didáctica diferenciada”. As considerações que sobre as diversas disciplinas tece vão neste sentido, recomenda que ao nível da instrução primária “se deve ficar pelos rudimentos mais simples e genéricos”. Aliás outra coisa não podia ser exigida, como no caso da física, da astronomia e da sociologia, que, segundo Rodrigues de Freitas, devem começar a ser estudadas na escola primária; a geografia e a história a partir do primário complementar.

Em 1876, João de Deus deu à estampa a *Cartilha Maternal*, que, no dizer de Rómulo de Carvalho, é “uma das obras mais notáveis da pedagogia portuguesa”⁵⁶. Aí, fruto mais da intuição que de verdadeira preparação científica, o autor consegue impor doutrina metodológica do processo de aprendizagem de leitura. Apesar de uns o considerarem um método erróneo⁵⁷ e outros “um lamentável retrocesso”⁵⁸ - como José Augusto Coelho -, foi largamente aceite⁵⁹. Este novo sistema introduzia um método de ensino analítico e intuitivo, mereceu os aplausos da maioria dos educadores progressistas e tornou-se “uma espécie de bandeira para os propagandistas culturais, republicanos”⁶⁰. Nesse leque de autores encontramos Rodrigues de Freitas que o recomenda como o melhor sistema de leitura⁶¹, pois crê que com ele se desenvolvem naturalmente as crianças, leva-as a sentir amor pela escola e pelos livros, além de vantagens económicas (os alunos, aprendendo a ler em menos tempo, deixam o professor livre para “instruir em mais de uma escola”⁶²). Por isso não admira as críticas aos métodos tradicionais por ele na generalidade considerados “péssimos”⁶³. Vejamos: “o

⁵⁶ Rómulo de Carvalho, *ob. cit.*, p. 608.

⁵⁷ F. A. do Amaral Ciren Júnior, “A Arte de Leitura de João de Deus”, em *O Positivismo*, I, Porto, 1879, pp. 450-463.

⁵⁸ Rómulo de Carvalho, *ob. cit.*, p. 611.

⁵⁹ Lemos no *Diário de Notícias*, num destes primeiros dias do mês de Janeiro do ano 2000, que a Câmara de Lisboa se prepara para enviar para Timor mais de 20 mil exemplares da *Cartilha Maternal* de João de Deus.

⁶⁰ Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 226.

⁶¹ Rodrigues de Freitas, *Discurso Parlamentar...*, p. 13.

⁶² *Idem*, p. 14.

⁶³ *Idem*, p. 9.

método antigo martiriza as crianças”⁶⁴, e com ele “trata-se mais de decorar que de engrandecer o entendimento”⁶⁵.

Às mães, as primeiras educadoras, recomenda: “sigam com cuidado a curiosidade deles; a natureza tornou-os curiosos para que se instruissem”⁶⁶. E neste conselho temos: por um lado, uma referência ao natural, à natureza, que embora tratando-se dum conceito de uso corrente pelos autores, sofre de um *deficit* de reflexão filosófica; por outro lado, apela aos motivos, e os conhecimentos da psicologia situam, hoje, a curiosidade como um motivo geral, sem base biológica demonstrável, é certo, mas comum aos membros da mesma espécie.

Propõe novos métodos, onde se deva partir do dado concreto para o abstracto, da realidade circundante para a mais longínqua. Exemplifica, propondo que em história se ensine principiando por biografias dos grandes homens, em geografia pela topografia, o exame dos diversos lugares próximos da escola, etc.⁶⁷. Ainda, as críticas aos saberes desligados da vida levam-no a realçar o carácter prático da astronomia, da geografia, etc. Mas o autor, apesar de se afirmar contrário ao saber que sobrecarrega a memória em vez de desenvolver o entendimento, não problematiza, antes pelo contrário, parece aceitar um certo enciclopedismo que autores como A. Ferrière ou E. Claparède, entre outros, tanto criticaram na escola tradicional. Apesar de tudo, é claro que no registo que nos deixou da sua visão da questão educativa, são claras influências de Pestalozzi e de Froebel e vislumbra-se um (longínquo) caminhar no sentido da atitude pedagógica que os homens da Escola Nova desenvolveram no final do século XIX e inícios do século XX.

e) Os Kindergarten. Por conhecer a obra de Frederico Froebel, não é de estranhar que Rodrigues de Freitas tenha realçado a importância dos jardins de infância. Entendia que a instrução pública devia iniciar-se no *Kindergarten* ou jardim de infância. Utópico, dir-se-á, pois se o primeiro jardim-escola foi inaugurado, em Coimbra, em 1911, o segundo e terceiro em 1914 e, no fim da República, só existiam cinco em todo o país⁶⁸. Hoje ainda estamos face a uma “paixão política”, e há bem poucos anos, diga-se na década de 1990, a educação pré-escolar era considerada pelo governo um assunto que deveria ser remetido ao domínio privado.

⁶⁴ *Idem*, p. 14.

⁶⁵ *Idem*, p. 9.

⁶⁶ *Idem*, p. 11.

⁶⁷ Rodrigues de Freitas, *ob. cit.*, p. 10.

⁶⁸ A. H. Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 227.

Mas realisticamente, e aliás conforme o artigo 50º da lei de 2 de Maio de 1878, Rodrigues de Freitas acrescenta que, por ser “impossível ao estado introduzir desde já em Portugal muitos desses jardins, unicamente proponho que sejam estabelecidos junto daquelas escolas”⁶⁹ (das escolas normais). Quer que o seu funcionamento seja conforme o método de Froebel, cujo ideal pedagógico visa o desenvolvimento integral das crianças. Como meios para essa educação, ainda de acordo com o formulado por Froebel⁷⁰, que se processe sobretudo através do jogo, que se instrua a criança à medida que folga; que se varie de ocupação pelo menos de meia em meia hora, que se lhes ensine somente o que pode por ela ser compreendido, etc. e que vise sobretudo habilitar as crianças a pensar e a reflectir.

Acrescenta, ainda de acordo com Froebel, actividades de modelar, de tecer em papel, de combinar cores, trabalhos de jardinagem, etc.⁷¹ e muitos outros pormenores, só compreensíveis num discurso parlamentar, pelo facto de estarmos, entre nós, perante uma realidade totalmente nova. Mas que também parecem apontar para a convicção que um homem não está completo enquanto não sabe servir-se das mãos, “o instrumento dos instrumentos” (P. Foulquié). E temos a educação manual apropriada a este nível etário, e elemento do que se designa por “educação integral”.

3. Outras ideias relacionadas com educação e cultura:

No discurso⁷² de Rodrigues de Freitas ainda são aventados outros assuntos, que se posicionam em relação directa com as atribuições do departamento do Ministério do Reino para as questões da instrução. Na verdade, pertenciam à Direcção-Geral da Instrução Pública (quando o discurso parlamentar foi proferido, o Ministério da Instrução tinha deixado de existir) a instrução primária, a secundária e a superior, as Belas-Artes, as Academias, as Imprensas, as Bibliotecas, os Jardins Botânicos, os observatórios e os Museus. Por isso as considerações que Rodrigues de Freitas tece sobre diversos destes assuntos.

Na pena do autor, a importância da criação dos museus é referida como algo premente, para fazer face à supressão dos conventos, e à consequente delapidação de

⁶⁹ Rodrigues de Freitas, *ob. cit.*, p. 25.

⁷⁰ Rodrigues de Freitas, *ob.cit.*, p. 26.

⁷¹ *Idem*, p. 26.

⁷² Estamos a fazer referência ao discurso que proferiu na Câmara dos Deputados.

muitos objectos de valor artístico e arqueológico⁷³. O ensino das Belas-Artes ganha importância na óptica do autor, porque “relaciona-se naturalmente com o industrial”⁷⁴. Sobre as Academias acrescenta: “limito-me a pedir ao senhor ministro do reino que acerca das Academias traga à câmara em 1880 uma proposta de reforma; e que procure desenvolver o ensino do desenho em harmonia com as necessidades da indústria”⁷⁵. Sobre o ensino industrial, ramo de instrução então sob a dependência do ministério das obras públicas⁷⁶, refere a criação em 1851, na cidade do Porto, de estabelecimentos oficiais de ensino industrial⁷⁷, e a sua importância para o desenvolvimento do país.

Sentindo uma grave lacuna nas bibliotecas portuguesas, e numa óptica de descentralização do saber e da cultura, recomenda que, pelo menos, sejam colocadas “em todas as capitais do distrito” as publicações do Estado. Na defesa de uma educação menos elitista, mais popular, propõe “que se acabe de vez” com os subsídios aos teatros de S. Carlos e de S. João”, e que o dinheiro aí gasto seja aplicado muito melhor. Na verdade, a questão não é desprovida de sentido: é que se está a subsidiar uma actividade para “gente dinheirosa”, e a descuidar-se subsidiar os concertos clássicos e populares⁷⁸.

Uma última palavra: uma completa novidade em Portugal, na qual Rodrigues de Freitas vê vantagens económicas e pedagógicas, são as “caixas escolares”. Se está convicto que as crianças exercerão uma influência positiva junto dos pais (“as crianças vão para casa educar os mais velhos acerca das vantagens de poupa”⁷⁹), sabe ainda que a educação é (também) uma questão de sentimento: “quando é a criança que fala, o ensino vai direito ao coração”. E ainda, prefigurando a aceitação da realidade da educação permanente, e a ideia da hetero-educação, ou se preferirmos de educação comunitária, segundo a qual todos aprendemos com todos, afirma: “Costumamos dizer que são os pais os que educam os filhos; porém, não só a educação dura toda a vida, mas também a melhor parte dela é às vezes a que se recebe dos filhos”⁸⁰. Ideias na época (talvez) incipientes, mas com cada vez maior desenvolvimento a partir do final do século passado e com uma importância acrescida na actualidade.

⁷³ *Idem*, p. 18.

⁷⁴ *Idem*, p. 21.

⁷⁵ Rodrigues de Freitas, *ob. cit.*, p. 22.

⁷⁶ *Idem*, p. 22.

⁷⁷ *Idem*, p. 22.

⁷⁸ *Idem*, p. 22.

⁷⁹ *Idem*, p. 16.

Conclusão

À guisa de conclusão diga-se que nos escritos de Rodrigues de Freitas há um conjunto de questões que a história da educação regista como sendo ciclicamente ora afirmadas ora subalternizadas. O autor releva a importância do pré-primário e do carácter essencial da instrução primária (hoje dizemos educação básica). Na linha do realismo pedagógico, valoriza os saberes científicos, as línguas vivas, o carácter funcional do saber e a sua (necessária) ligação ao desenvolvimento industrial e económico. Opõe-se à subalternização da mulher no acesso ao conhecimento, nota que a educação é permanente, e vê nos museus, livrarias, concertos populares, etc. instituições fundamentais da educação extra-escolar. Há ainda, no autor, a referir a crítica - uma constância na história da educação - aos métodos e também aos conteúdos programáticos.

À importância que atribui às questões educativas, subjaz o mito tradicional do renascimento social através da educação, e a concepção de que formando o indivíduo, este melhor servirá a sociedade, ou, se quisermos, que só com indivíduos verdadeiramente educados é que se torna possível a resolução dos problemas sociais. Mas as finalidades da educação, que subjazem no registo pedagógico do autor, mais que oscilarem entre um pólo individual e um pólo social, vão no sentido do desenvolvimento da pessoa, para que esta se prepare para “a entrada na vida”, e ser aí um motor de desenvolvimento da sociedade. Ainda no autor, de inspiração rousseuniana e que toca mais ou menos a todas as pedagogias, há a defesa de um projecto reformista que visa a transformação do mundo, da sociedade estabelecida. Ou seja, o desejo de pela escola transformar a sociedade tornando-a mais igualitária, mas que perpetua as desigualdades.

De raiz jacobina e republicana, a “paixão pela educação” a que hoje se assiste (e os níveis que são privilegiados) não visa, na essência, objectivos muito diferentes dos que nos aponta o registo de Rodrigues de Freitas sobre a instrução.

Porto, Janeiro de 2000

⁸⁰ *Idem*, p. 17.